

Universidade de São Paulo
3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia
Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana
São Paulo, abril de 2010

**Retratos da colonização: Os mapas dos Teixeira Albernáz e a
construção dos sentidos da América portuguesa seiscentista.**

Milena Fernandes Maranhão

pesquisadora - colaboradora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, bolsista
de Pós Doutorado FAPESP.

Resumo

No período da União das Coroas Ibéricas (1580 a 1640), era necessário oferecer aos novos soberanos o conhecimento dos territórios recém adquiridos pelos espanhóis, a fim de demonstrar as suas possibilidades e vantagens frente às possessões do Oriente. Para tanto, alguns mapas de João Teixeira Albernaz, o velho, ilustraram o códice *Razão do Estado do Brasil* escrito em 1612, que foi encomendado ao Sargento-mor Diogo de Campos Moreno e cuja cópia na qual consta o mapa analisado, “A carta da Bahia de todos os Santos”, é de 1626. Quarenta anos depois, seu neto homônimo João Teixeira Albernaz, o moço, produziu o *Atlas do Brasil*, no qual compilou e acrescentou dados aos mapas originais do avô, com destaque ao mapa “Bahia de Todos os Santos”. Neste momento, em 1666, a soberania portuguesa estava prestes a ser aceita pela Espanha, e as expectativas com o Brasil já haviam superado os interesses pelo Oriente. Assim, a partir de uma finalidade em especial e de certas intenções explícitas, pretendemos indicar que alguns dos sentidos atribuídos ao Novo Mundo podem ser entendidos enquanto construções de seus agentes, neste caso, dos cosmógrafos reais, os quais,

tendo em vista também a análise da contribuição de suas técnicas cartográficas, visavam descrever o que lhes era solicitado, além de propagar imagens acerca das conquistas portuguesas na América. Entendemos que tais imagens contribuíram para os momentos de redefinição dos rumos do Império, e marcaram uma estratégia que continuou a ser empregada na realização dos mapas mesmo após a Restauração.

Palavras-chave: Século XVII, América portuguesa, cartografia, família Teixeira Albernaz, circulação de idéias, capitanias açucareiras.

Desde fins do século XV até 1580, ano de início da União das Coroas Ibéricas, foi expandido a partir de Lisboa o chamado “interminável Oceano dos Portugueses”, composto por terras em três continentes. A prosperidade deste “Oceano” favorecia a posição de preponderância do Reino, a partir de sua atuação no comércio de açúcar das Ilhas da Madeira e São Tomé, do açúcar e do pau-brasil vindos da América, das especiarias, pérolas ou seda provenientes do Oceano Índico e veiculados através do Cabo da Boa Esperança (BRAUDEL, 1990:272,273). Este era um imenso e complexo sistema de escoamento da economia mundial, mas que, já mesmo antes da metade do século XVI, apresentava um Império “combalido e um tanto humilhado com a perda de espaços coloniais portugueses no Norte da África” (HERMANN, 2000:17).

Para Jacqueline Hermann, a fundação de um Império Português no norte da África refletia “um antigo sonho português, relacionado ao resgate de territórios dominados por infiéis muçulmanos, outrora pertencentes ao mundo cristão. A força simbólica da submissão dos mouros significava ainda a retomada dos brios, da honra e da história portuguesa” (HERMANN, 2000:17). O período anterior ao Reinado de D. Sebastião fora marcado pelas discussões sobre manterem-se os esforços na Índia ou tentar a dominação daquele território africano novamente. É neste contexto que a representação cartográfica dos lugares que estavam sendo descobertos pelos navegadores, incluindo os territórios africanos e asiáticos, “foi fundamental para o estabelecimento de viagens regulares para esses mesmos locais” (CANAS, 2003:1). A esta altura, entre outras inovações, a invenção da navegação astronômica pelo matemático português Pedro Nunes já fazia a diferença no posicionamento das terras nas cartas-portulano. A cartografia portuguesa da época das grandes descobertas “servia perfeitamente para as exigências das técnicas de navegar daquele tempo”, mas Pedro

Nunes foi o responsável por identificar as limitações que as cartas do século XV apresentavam na representação da superfície terrestre (CANAS, 2003:3).

A partir dos mapas parciais que os pilotos e navegantes faziam, tendo em vista suas observações, uma visão erudita global proposta por matemáticos e astrônomos nasceu dos gabinetes dos eruditos, causando a princípio certa polêmica com os práticos das viagens marítimas. No entanto, os esforços dos portugueses caminhavam rumo ao aperfeiçoamento da representação dos territórios (MAGALHÃES, 2009:72,75). No decorrer do século XVI e durante todo o século XVII consolidou-se uma parceria entre navegantes e cartógrafos. Enquanto aqueles registravam como podiam as suas viagens náuticas, com “características eminentemente práticas, destinada a uma utilização a bordo dos navios”, estes estudiosos das técnicas astronômicas aplicavam técnicas que permitiam determinar a latitude dos lugares registrados a partir de uma escala apropriada. Informações complementadas a partir de “uma ‘rede’ de direções irradiando a partir de determinados pontos da carta para que os seus utilizadores pudessem facilmente conhecer a direção que unia quaisquer dois locais representados na carta”. Tal marca de direção era conhecida como “rumo e estima” (CANAS, 2003:2).

Desde pelo menos os meados do século XVI já existiam aulas de teoria, ministradas pelo então cosmógrafo-mor da Coroa portuguesa, o já citado Pedro Nunes, a “pilotos, artífices de instrumentos náuticos e mestres de fazer cartas de marear”. As lições eram ministradas nos *Armazéns da Guiné e Índias*, junto ao Paço da Ribeira em Lisboa, tendo em vista a confecção, além de outros conteúdos, das “cartas-padrão”, nas quais seriam inscritas os novos conhecimentos e atualizações “a bordo das naus nas viagens aos novos mundos” (BUENO, 2007:29,30). Nessa época, outras nações também desenvolviam com sucesso seus avanços na área da cartografia, como a França e a Holanda, cujos mapas produzidos nestes locais passam a ser impressos (MAGALHÃES, 2009:76). Devido às condições da expansão ultramarina moderna das várias Nações européias que estavam envolvidas na navegação dos mares, além do papel preponderante de Portugal no processo, a impressão não foi uma prática adotada neste Reino, já que “as cartas portuguesas manuscritas e secretas [eram] verdadeiras vedetes no período, disputadas, contrabandeadas e compiladas” (BUENO, 2007:30).

Entre as Nações européias neste momento de expansionismo, as atitudes opostas de Portugal e Espanha com relação à impressão e divulgação de mapas podem ser compreendidas já que ambas configuravam “poderes dominantes [que] não tinham interesse nenhum em transmitir o conhecimento sobre suas colônias para inimigos reais

e inimigos potenciais”. Ambas “controlavam com mão de ferro toda a impressão de mapas e preferiam mantê-los de forma manuscrita trancados a sete chaves”(CURTIS, 2002, 27). A supremacia portuguesa na produção cartográfica só seria perdida ao longo do século XVII, quando técnicas holandesas dominaram a confecção dos mapas. Contudo, os exemplares que sobraram deste período são considerados “verdadeiras obras de arte” destinadas muitas vezes a uma função decorativa, mas também representativa e informativa. “São deste último gênero praticamente todas aquelas que chegaram até nós”, uma vez que não foram utilizadas a bordo dos navios e estiveram devidamente conservadas durante os séculos (CANAS, 2003:2).

A cartografia, enquanto arte, teve suas técnicas passadas de pais para filhos, por isso é comum existirem diversas famílias de cartógrafos, como a dos Teixeira Albernaz (CANAS, 2003:2). Luís Teixeira recebeu carta de ofício de “mestre de fazer carta de marear” para as armadas reais em 1564, tendo sido examinado por Pedro Nunes. Luís Teixeira esteve no Brasil entre 1573 e 1578, durante o governo geral de Luis de Brito e Almeida, “que mandou ver e emendar a costa do Brasil” (GUEDES, 2007:20). Uma de suas obras mais importantes, o *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos fundos, baixos alturas e derrotas que há na costa do Brasil...*(MORENO, 1968), é datado entre 1585 e 1590. Segundo vários estudiosos do assunto este é um “magnífico roteiro para a navegação ao longo da costa do Brasil” (GUEDES, 2007:20), mas outras cartas de sua autoria também se destacam. Entre as mais interessantes estão: o mapa sobre os Açores, e ainda outro, mais geral, que apesar de apresentar seu centro de interesse na costa Atlântica, incluía a costa ocidental da África. Refiro-me ao *América Austral*, que incluiu informações sobre tão cobiçada e retratada África, que foi o palco dos acontecimentos que redefiniram os rumos daquele Portugal expansionista do século XVI.

Quando da morte de D. Sebastião, em Alcácer Quibir no ano de 1578, ele procurava se desvencilhar das influências dos dois grupos que orientaram sua educação, por um lado, seu tio o Cardeal D. Henrique, e por outro sua avó D. Catarina de Áustria (tia de Filipe II de Espanha), “e definir sua autonomia como monarca, para o que a retomada do projeto africano cumpriu papel fundamental”. Após a batalha que definiu o destino de um rei que não tinha herdeiros, a anexação de Portugal pela Espanha em 1580 foi inevitável (HERMANN, 2000:15,16). O Estado Espanhol constituía um “conjunto de territórios subordinados ao poder de um soberano comum. Cada qual apresentava cultura, e, por vezes, etnia, diversas, sendo regido por suas próprias leis”. Foi nesse contexto que Portugal passou a fazer parte do Império Espanhol, tendo sido

incorporado ao “conjunto de reinos e conquistas dependentes de um monarca comum, como também passou a ser um elemento integrante do modelo de organização político-administrativo espanhol” (STELLA, 2000:17,18).

Para tanto, após a morte do Cardeal D. Henrique em 1580, tropas espanholas congregando cerca de vinte mil homens comandados pelo Duque d’Alba tomaram Alcântara naquele mesmo ano. O Rei Felipe II, chamado Felipe I de Portugal, informado a respeito de uma tensa situação política portuguesa, “fez questão de ressaltar que a união das Coroas não significaria a perda da independência de Portugal, mas caracterizaria a formação de uma monarquia dual, preservadas as instituições políticas e administrativas portuguesas”. Apesar de ter sido aclamado nas Cortes de Tomar em 1581, mediante as condições de autonomia reafirmadas, “desde cedo a política interna e externa do Reino passou a estar sob a influência direta de Espanha”(HERMANN, 2000a: 572). A adesão de parte da nobreza à causa espanhola, negociada por “agentes” de Felipe II desde a notícia sobre o desaparecimento de D. Sebastião na África, não impediu que houvesse certa resistência na anexação de Portugal à Espanha.

Na verdade, “a questão era aguardar a ocasião oportuna para Felipe II fazer-se legitimar rei em Portugal, tomando sutilmente as rédeas do governo sem alterar a estrutura administrativa do Reino, preservando a aparente autonomia lusa”. Além disso, a criação de diversos Conselhos, entre eles o da Índia para os assuntos ultramarinos e o de Portugal para as deliberações com relação a este Reino e suas conquistas, fazia com que certos aspectos dos acordos firmados nas Cortes de Tomar fossem cumpridos (STELLA, 2000:27). Assim, a criação do Conselho de Portugal fora “uma medida eficaz de conciliação que, ao mesmo tempo, não feria os princípios da Coroa portuguesa”. Por outro lado, na medida em que alguns Conselhos eram formados por uma composição heterogênea que envolvia letrados, nobres, eclesiásticos e oficiais de carreira, a “falta de unidade de desempenho e direção” de seus componentes “favorecia os interesses e a ação dos monarcas espanhóis (...) por haver ainda freqüentes conflitos de competência, as instituições se apresentavam divididas, prevalecendo a vontade real” (STELLA, 2000:31). Durante a União das Coroas Ibéricas, os reis espanhóis iniciaram uma coleta de dados fiscais antes não realizada na chamada “América portuguesa”. Este fato não pode ser explicado apenas devido à existência de uma tendência “burocrática e unificadora” de Castela, mas também “ao fato de não estarem familiarizados com a Fazenda do Reino de Portugal, sendo necessário, para melhor controlar a sua

administração”, mandar tirar por seus funcionários relatórios sobre tudo quanto houvesse em Portugal e suas colônias para a Fazenda de Espanha (XAVIER, 1985:3).

A contextualização deste momento de União das Coroas Ibéricas e de todo o desenrolar dos fatos que caracterizaram a política espanhola com relação a Portugal e suas colônias, auxilia a compreensão do momento histórico no qual determinada característica cartográfica acerca do Brasil se estabelece. A preocupação em conhecer e estabelecer limites às possessões do Império Ibérico espanhol levou à confecção de diversos roteiros, informações, descrições, entre outros, da costa brasileira. “Muitos serão os mapas do Brasil” com informações detalhadas sobre o litoral, mas “o interior mostra-se desguarnecido”, apenas com alguns acidentes geográficos, como os rios, começam a fazer parte das informações cartográficas sobre o Brasil ao longo do século XVII (MAGALHÃES, 2009, 76). Outros motivos para que os mapas sobre o Brasil se multiplicassem no período da União das Coroas estão relacionados com as investidas francesas no Maranhão no início do século XVII e a conquista holandesa de Pernambuco em 1630. Não só os holandeses e franceses passaram a produzir mapas pormenorizados acerca do território conquistado como também cartógrafos portugueses preocuparam-se em identificar os pontos sob ameaça e necessitados de defesa no litoral.

No reinado dos Filipes sobre a Península ibérica, “no âmbito da política filipina de recenseamento do Império (...) o iniciador da dinastia de exímios cartógrafos, Luís Teixeira, teve o mérito de percorrer a costa brasileira com o objetivo de atualizar a carta geral e executar cartas locais”. Do século XVII datam ainda outros relatórios, “compilados, iluminados e aquarelados pelo filho de Luis Teixeira, João Teixeira Albernaz I” (BUENO, 2007:30). Entre os principais trabalhos de Teixeira Albernaz, o velho, estão: o *Atlas do Maranhão*, associado às ameaças das expedições francesas por esta localidade, e, entre outros que somam 19 atlas e 6 cartas, destacamos os mapas que ilustram o *Livro que dá razão ao Estado do Brasil* escrito pelo Sargento Mor Diogo de Campos Moreno em 1612 a pedido do Governador Geral do Estado do Brasil Dom Diogo de Meneses e Siqueira para realizar uma crônica da situação presente naquela localidade, acrescida de estatísticas anuais de arrecadação de oito capitanias, desde Porto Seguro até o Rio Grande do Norte (RODRIGUES, 1979: pp.20-21 e 455). Esta obra foi realizada de acordo com a política filipina de reconhecimento de seus novos territórios, anexados ao Império Ibérico que incluía Portugal e suas conquistas. É da edição de 1626 da *Razão do Estado do Brasil* que consta *A carta da Bahia de todos os Santos*, tendo em vista o pormenor a ser analisado em conjunto com a representação da

mesma localidade, também em pormenor, de um mapa posterior da família Teixeira Albernaz, mais especificamente do neto homônimo João Teixeira Albernaz, o moço.

Sobre João Teixeira Albernaz, o velho, filho de Luís Teixeira, sabe-se que 1602 recebeu carta de ofício, sendo três anos depois nomeado “cartógrafo da Casa da Índia e Mina”. Algum tempo depois, em 1622, apresentou “uma petição para ser provido no lugar de Cosmógrafo-Mor, tendo sido preterido” por outro cartógrafo. Os motivos que levaram à recusa de seu pedido podem ser apreendidos de uma documentação posterior, já no início da Restauração portuguesa em 1642, quando um parecer sobre o *Atlas do Brasil* produzido por ele advertiu “para erros constantes na primeira carta do referido Atlas, o qual não respeitava a linha de demarcação acordada entre Portugal e Espanha. Concluía [o parecerista] Manuel Pimentel que o livro não tinha mais que boas pinturas e iluminações” (SOUSA, 2002:1). Apesar da recusa, a oficina deste cartógrafo produziu grande parte da cartografia conhecida acerca do Brasil seiscentista, e este é um “gênero de documentação (...) riquíssimo para os pesquisadores. São códices / atlas contendo inúmeros fólios e mapas regionais, com registros do litoral brasileiro (...) [comparado a] um dos exemplos mais interessantes da ambiciosa política de Felipe II de conhecimento e assenhoreamento de um império de proporções colossais” (BUENO, 2007:31). A produção deste Albernaz foi seguida pela de seu neto, que manteve o rigor e a beleza dos atlas do avô, porém de forma menos cuidada na maioria dos exemplares.

Na primeira carta selecionada para análise, a Bahia é o centro das atenções, especialmente no que se refere à localização dos engenhos próximos ao litoral. Neste momento do início do século XVII, a Bahia tinha a sua colonização caracterizada pelos engenhos e a maioria das propriedades se localizava “no litoral da baía ou ao longo dos rios que nela desembocavam (...) No decorrer do século XVII, a população de Salvador e do Recôncavo cresceu (...) e multiplicou-se o número de engenhos (...) De cinquenta engenhos existentes em 1612 passou-se a oitenta em 1629” (SCHWARTZ, 1988:82).



Pormenor da *Carta da Bahia de Todos os Santos*, de João Teixeira Albernaz, o velho (1626).

No detalhe do mapa de João Teixeira Albernaz, o velho, de 1626 e intitulado *Carta da Bahia de Todos os Santos*, a localidade retratada é aquela referente ao Rio Paraguaçu, entre a Baía do Iguape e a região de Maragogipe. Nesta representação, estão retratados nove engenhos, somados a mais quatro retratados na Ilha de Itamaracá e cerca de vinte e dois localizados ao longo da costa até Salvador. Contudo, os únicos que contém os nomes são aqueles que se encontram em torno do Rio Paraguaçu. A percepção da existência dos engenhos que não apresentam qualquer identificação foi realizada a partir do método comparativo, já que há semelhança no mapa entre os desenhos que retratam os engenhos nomeados e os sem identificação. Teixeira Albernaz, o velho, nomeia os nove engenhos da imagem pormenorizada na seguinte ordem, apresentada segundo o curso natural do rio até seu desemboque no mar, na margem direita: “do Suares”, “do Brandão”, “de Antônio Cardozo”, “do Aragão”, “do Britto” e “de Bernardim Fernandes”. Na margem esquerda, no mesmo sentido do curso natural do rio Paraguaçu, encontram-se os engenhos: “do Ulhoa”, “do Ulhoa” (novamente), e “do Araújo”. Estes estão retratados com os desenhos em destaque.

O fato de existirem várias caravelas nas proximidades de Salvador, pode indicar a questão da necessidade de defesa da região após a ocupação holandesa na Bahia entre 1624 e 1625, um período muito próximo ao ano em que o mapa é atribuído. Dessa forma, o papel desta representação territorial; elaborada por João Teixeira Albernaz, o velho, está de acordo como contexto político vivido, no qual as ameaças estrangeiras despertavam preocupações nos governantes coloniais que encomendavam tais informações e relatórios para entregá-los aos Soberanos ou altos funcionários régios. Os engenhos com os nomes de seus respectivos proprietários certamente foram detalhados no intuito de demonstrar as potencialidades açucareiras da região, que demandava esforços de defesa. O que condiz com o conteúdo textual da *Razão do Estado do Brasil*.

O trabalho efetuado por navegantes e cartógrafos dos séculos XVI e XVII era movido “sobretudo à orientação para outros navegadores e às necessidades dos militares e administradores (...) Estes foram os procedimentos que ampararam os cartógrafos portugueses, como os da família Teixeira” (REIS, 2000:13). Nas técnicas cartográficas presentes no trabalho dessa família, com raízes em Luís Teixeira, “os elementos figurativos são utilizados com muita parcimônia” se comparados a um período anterior. Contudo, as cores e tonalidades empregadas nas cartas são “notáveis em razão (...) da técnica de realização das aguadas”, especialmente naquelas elaboradas pelo João Teixeira Albernaz, o velho (SANTOS, 2007:52). Este “cosmógrafo de Sua Majestade em Lisboa “ ainda elaborou uma obra digna de nota, com várias cópias do original efetuado em 1640, chamada de *Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil*. “É bastante significativo o ano da elaboração (1640); exatamente aquele em que Portugal sacudiria a dominação espanhola, pelo que se justificam as várias cópias do original” (GUEDES, 2007:23). Era necessário retomar o controle das terras durante tanto tempo pertencentes aos espanhóis, mesmo que muitas questões da autonomia portuguesa tivessem sido preservadas durante a União.

Contudo, a partir do reinado de Felipe IV de Espanha, III de Portugal, “o desrespeito à autonomia portuguesa” chegou ao “ponto máximo, com a crescente provincialização do Reino – o que culminaria na Restauração” do trono português com a casa de Bragança (HERMANN, 2000a:572). Os efeitos políticos que a União das Coroas Ibéricas trouxe para a economia e as finanças portuguesas foram no sentido de provocar ataques por parte das nações inimigas da Espanha ao comércio e ao território da colônia americana. Assim, os ataques ao Brasil foram incontáveis, bem como a necessidade de mapear detalhadamente os pontos mais frágeis da costa, principalmente

no que dizia respeito às Capitânicas açucareiras. “A história dos séculos XVI e XVII foi escrita entre expedições de comércio e contrabando, ações de corso e pirataria, escaramuças e pequenas e grandes batalhas. Ingleses, franceses e holandeses se revezavam, não só comerciando (contrabandeando) o pau-brasil ou outra especiaria da terra, como praticando o saque e o corso”. (PUNTONI, 1992:15,16).

Em Portugal, a situação da carga de impostos fora levada a extremos, e as revoltas anti-fiscais começaram a pipocar em certas localidades. Uma atitude que a partir da segunda metade do século XVII iria se tornar comum também nas colônias. Assim, algumas revoltas em cidades como Porto e Lamego foram ocasionadas pelas novas imposições da Coroa espanhola, efetuadas ainda no momento da União das Coroas Ibéricas. Todas as partes que compunham a sociedade portuguesa - nobreza, clero, burguesia, pequenos comerciantes - estavam sendo vítimas dos aumentos de impostos constantemente aplicados por Castela . A complicada situação de insatisfação levou à revolta anti-fiscal mais importante do seiscentista luso, a de Évora em 1637.

O movimento anti-fiscal ocorrido nesta cidade possuía um caráter popular, e logo se transformou em “anti-castelhano e nacionalista”, sendo propagado pelo Alentejo e no Algarve. Contudo, foi rapidamente sufocado pelas tropas espanholas com “brutalidade e repressão”(JACQUES e MARCADÉ, 2000:141,142), constituindo um elemento decisivo para aprofundar o sentimento já existente entre muitos de contrariedade ante os espanhóis, fortalecendo uma união necessária entre a nobreza para que os descontentamentos populares não tomassem um rumo indesejado, a tolher os privilégios tão almejados por ela. Dessa forma, “a sublevação contra a dominação espanhola limitou-se, porém, à reversão de subordinação política do Reino”. A pessoa do soberano mudou, mas as estruturas do reino continuaram as mesmas, “para os portugueses, a questão da Restauração não teve nenhum caráter revolucionário ou qualquer discordância quanto aos rumos da política imperial empreendida pelos Habsburgos” (HERMANN 2000a: 506), todavia, há controvérsias.

No panfleto intitulado “Relação da Aclamação que se fez na Capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, e nas mais do Sul, ao Senhor Rei D. João o IV, por verdadeiro Rei e Senhor de seu Reino de Portugal...”, do ano de 1641, podemos verificar algumas reações às mudanças políticas então sofridas pelo Reino. Segundo consta nestes papéis publicados em Lisboa, “Datou-se a nova da felicíssima restituição (...) que para ser mais aplaudida, chegou quando era menos esperada, se bem desejada de todos os que prezando-se de verdadeiros portugueses pediam ao Céu lhe restituísse

Rei legítimo, cujos clamores admitidos no supremo solo do poderosíssimo Senhor dos senhores, permitiu o feliz despacho de súplica tão justa, e o soberano efeito de ação tão devida à Real Casa de Bragança, de onde usurpada se viu desunida de seu ser sessenta anos (RELAÇÃO, 1641:3). As mudanças com o fim da dominação espanhola estavam claras nas linhas que saudavam a Restauração, já que “se deviam dar muitas graças ao Céu de se verem resgatados do pesado jugo, e tirana sujeição, que haviam padecido tantos anos na vassalagem d’ElRei estranho padecendo muitas calamidades com novas invenções de tributos, que tinham já ao Reino quase na última respiração”. É interessante notar a ênfase a respeito da sobrecarga de impostos existentes no período, citada também por vários estudiosos do assunto. (RELAÇÃO, 1641:8,9).

Os sentimentos expressos no opúsculo laudatório, indicam certo tom nacionalista, e de nostalgia por uma época de glória, marcada por conquistas e a constituição do Império luso. Para a população em geral, considerava-se a “restituição tão legítima e o efeito tão devido”, que nada poderia modificar aquela situação. Segundo Eduardo D’Oliveira França, “D. João IV foi feito Rei por aclamação informal dos povos. Amparado pela nobreza de Lisboa, com as bênçãos da Igreja, com o clamor popular. Sem derramamento grave de sangue. Sem discrepâncias e resistências dentro do país” (FRANÇA, 1997:278). O período que antecedeu o Tratado de Madri de 1668, quando a independência de Portugal foi oficialmente reconhecida, esteve marcado por inúmeros esforços dos embaixadores portugueses em angariar aliados entre os países europeus hostis à Espanha que reconhecessem a soberania portuguesa. Entre estes, destacam-se principalmente França, Países Baixos e Inglaterra.

Em meio ao processo de negociação, existiram conflitos entre os mesmos países, por exemplo, envolvendo a Inglaterra, a Holanda e a França entre 1652 e 1654, Portugal e Inglaterra entre 1650 e 1654, além das negociações entre Holanda e Portugal nos anos entre 1656 e 1661. A conjuntura de guerras presentes durante os séculos XVI e XVII e que envolviam principalmente a Espanha, apresentava um “precário equilíbrio europeu que não pode ser entendido sem se levar em conta a disputa por vantagens comerciais e pela riqueza dos territórios coloniais (...) com a entrada de Portugal na coligação contra a França [e a Espanha] seus domínios ultramarinos foram sistematicamente assediados pela guerra de corso promovido por aquelas nações” (BICALHO, 2003:52,53).

A partir da conjuntura que se apresentou após a Restauração do trono português em 1640, uma nova etapa da geopolítica lusitana foi inaugurada, com a clara escolha do Brasil em detrimento do Oriente, o que colocava definitivamente a América portuguesa

no centro das preocupações metropolitanas. Este fator incrementou a produção de informações que indicassem todas as vantagens a serem exploradas nestas conquistas em especial (MORAES, 2000:257), a tal ponto que certos trechos ou informações completas eram consideradas sigilosas devido à constante situação de ameaça por parte de outras nações, que ainda continuava mesmo após o fim da União das Coroas Ibéricas. Apesar de serem consideradas as várias diferenças existentes nos dois períodos históricos contemplados neste breve estudo, União das Coroas e Restauração, o fato é que as semelhanças existentes entre os interesses políticos e econômicos presentes nos Estados Modernos colonizadores aproximam as intenções dos cartógrafos, avô e neto, em representar determinadas informações sobre o Novo Mundo.

Na verdade, em ambos mapas de 1626 e de 1666 aqui analisados, transparece uma necessidade de valorizar as possibilidades oferecidas pela América portuguesa, ora para que a Espanha conhecesse melhor os recentes territórios anexados ao seu Império, ora para que Portugal considerasse o Brasil como o centro das atenções de sua política colonizadora. João Teixeira Albernaz, o moço, teve como mestre o avô homônimo, e sua obra foi considerada pelo parecerista que negara o título de cosmógrafo-mor ao avô, enquanto uma cartografia feita “com perfeição” (SOUSA, 2002:2). O traçado de sua letra é considerado o menos cuidado da família Teixeira, e sua produção cartográfica é bastante vasta com oito cartas e quatro atlas, sendo um deles referente à África, continente que sempre despertou muitos interesses, e datado de 1655. O *Atlas do Brasil* de Teixeira Albernaz, o moço, datado de 1666, é composto por 31 cartas e, em geral, segue o padrão desenhado por seu avô homônimo (SOUSA, 2002:3). A diferença para este ano de 1666 diz respeito à imposição de regras, por parte da *Academia Real das Ciências de Paris e do Observatório* para a elaboração científica de mapas. Contudo, no Brasil “continuam a fazer-se mapas de utilidade imediata, para as necessidades da navegação e do comércio. Mas são cartas sem rigor - se bem que suficientes para a orientação nas costas de um mar bem conhecido” (MAGALHÃES, 2009:80).



Detalhe do Mapa *Bahia de Todos os Santos* de João Teixeira Albernaz, o moço (1666).

No pormenor seleccionado da Carta “Bahia de todos os Santos”, presente no Atlas de 1666, o mesmo Rio Paraguaçu é elaborado de forma mais harmoniosa, se comparado ao traço anterior de Teixeira Albernaz, o velho. Os engenhos retratados somam trinta e oito, quatro a mais do que a conta feita para o mapa de 1626. Na região de Maragogipe e da Baía do Iguape, o mesmo número de nove engenhos retratados pelo avô estão representados no mapa do neto. A principal diferença diz respeito à forma de nomeação dos mesmos: enquanto em 1626 eles eram identificados com os nomes dos proprietários, quarenta anos depois essa identificação foi realizada a partir do título dado às mesmas propriedades. Dessa forma, podemos observar no pormenor do mapa de 1666 que à margem direita do Rio no sentido de seu curso, Teixeira Albernaz, o moço, enumera os seguintes engenhos: “Engenho de Nossa Senhora da Luz”, “Engenho Capanema”, “Engenho Novo”, “Engenho Taperande” e “Engenho da Batatinga”. À margem esquerda encontram-se: “Engenho de Nossa Senhora da Penha de França”, “Engenho de Santo Antônio”, “Engenho de São Thiago” e “Engenho Velho”. Sabe-se que em 1663 “a Coroa ordenou o recenseamento dos engenhos do Recôncavo,

entretanto, se ele chegou a ser realizado, o documento não foi preservado”. Para 1676, o número de engenhos da Bahia somam cento e trinta (SCHWARTZ, 1988:85,87).

Quando comparamos a localização dos engenhos nos dois mapas, percebemos que há várias semelhanças que indicam apenas a mudança na nomenclatura dos mesmos. Mas é interessante notar que o mapa de 1666 não apresenta na margem direita o engenho “do Suarez” que está no de 1626. E na margem esquerda, os Engenhos de “São Thiago” e de “Santo Antônio” correspondem aos dois de propriedade “do Ulhoa” que constam na carta de 1626. Na carta mais antiga também ficou sem ser representado o “Engenho de Nossa Senhora da Penha de França” que consta em 1666. As diferenças encontradas com relação à presença, ou não, de certos engenhos em ambos os mapas certamente correspondem às modificações na existência de algumas propriedades. A mudança na nomenclatura é digna de nota, mas compreensível, já que o primeiro mapa, utilizado com fins estritamente administrativos e internos, a fim de compor um relatório feito por um Sargento Mor, diferencia-se dos propósitos de um Atlas, no caso do segundo mapa, mesmo que este também fosse efetuado mediante um pedido oficial.

Os Atlas tinham o intuito de apresentar conjuntos de mapas que retratassem de forma mais detalhada uma mesma região, o que não difere das características dos mapas presentes na *Razão do Estado do Brasil*. No entanto, a diferença está na intenção de circulação, como já explicitado, a Razão foi um relatório oficial e circunscrito ao âmbito administrativo. Mesmo assim, os sentidos atribuídos ao Estado do Brasil, mais especificamente à Capitania da Bahia, são extremamente semelhantes tanto no mapa de 1626, quanto naquele datado de 1666. Ou seja, os sentidos relativos às possibilidades de enriquecimento pelo açúcar, por um lado, e a necessidade de defesa da região, por outro. Além disso, apesar de não haver registros sobre o fato de o avô e o neto terem percorrido a costa do Brasil, ou mesmo terem permanecido na região durante tempo algum, mostra que a base principal de suas informações foram os mapas realizados por Luís Teixeira, que esteve no Brasil durante o século XVI. As informações constantes na produção cartográfica de outras gerações da família eram complementadas a partir de notícias e cartas náuticas de navegadores, como consta no Arquivo da Real Academia de História de Madri a carta náutica anônima datada da década de 1660 intitulada “Barra da Baía do Salvador de Todos os Santos” (PORTO, 1999:21).

Quanto às questões técnicas, na cartografia da família Teixeira, em geral, “os elementos figurativos são utilizados com muita parcimônia, sobretudo para realçar títulos, escalas, orientação e outros”. Tais ornamentações sem exuberância não

acompanham uma tendência que se fortalece no decorrer do século XVII. Mesmo assim, os padrões cartográficos portugueses utilizados nos mapas do avô e do neto homônimos eram guardados sob sigilo nos Armazéns da Guiné e da Índia (SANTOS, 2007:51), o que indica a importância dos mesmos na história da cartografia portuguesa seiscentista.

Os mapas antigos, referentes à América portuguesa do século XVII, são “imagens visuais (...) [que] influenciam na criação e sustentação de noções de situações históricas”. Circunstâncias nas quais as imagens são utilizadas como “meio de criar percepções de poder e, de modo mais geral, [elas demonstram] ênfase em aspectos iconográficos da autoridade política e cultural” que se quer retratar (BLACK, 2005:41). No caso dos Teixeira Albernaz e suas retratações sobre a Capitania açucareira da Bahia, nada mais estes cartógrafos reais fizeram do que demonstrar o poderio Ibérico sobre suas possessões na América portuguesa. Na intenção de “ver a amplitude do mundo real numa dimensão que os olhos humanos possam abarcar” (MAGALHÃES, 2009:69), eles contribuíram para retratar momentos de redefinição do Império Ibérico e português, indicando uma estratégia eficiente que marcou o processo colonizador do Brasil: a ostentação do mando e da posse dos territórios conquistados.

Referências Bibliográficas

- BICALHO, M. F. B. (2003). *A cidade e o império: O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BLACK, J. (2005) *Mapas e História – Construindo imagens do passado*, 1. edição 1997, Bauru, Edusc.
- BRAUDEL, F. (1990) *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, 9ª Edição, Paris, Armand Colin, vol I.
- BUENO, B. P. S., (2007) “Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e o Império”, in COSTA, A.G. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia da América portuguesa ao Brasil Império*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, pp. 29 - 49.
- CANAS, A. C. (2003) “Cartografia Náutica portuguesa”, <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b01.html>> (18/02/2010).
- COSTA, C. X. A. da G. e. (1985) *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino – Aspectos fiscais da administração colonial*, Recife, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE, 1985.

- CURTIS, P. (2002) “O Novo Mundo”, in MICELI, P. (texto) *O tesouro dos mapas - A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo, Fundação Banco Santos.
- FRANÇA, E. D’Oliveira. (1997) *Portugal na época da Restauração*, Coleção Estudos Históricos, São Paulo, Hucitec.
- GUEDES, M. J. (2007) “Introdução”, in COSTA, A.G. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia da América portuguesa ao Brasil Império*, BH, Ed. UFMG, pp.19-27.
- HERMANN, J. (2000) *1580-1600: O sonho da salvação*, Coleção Virando Séculos, São Paulo, Companhia das Letras.
- HERMANN, J. (2000a) “União Ibérica”, in VAINFAS, R (direção) *Dicionário do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Objetiva, pp. 570-573.
- HERMANN, C. et MARCADÈ, J. (2000) *Les royaumes ibériques au XVII siècle*. Liège, SEDES / SNEL.
- MAGALHÃES, J. R. (2009) “Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII)”, in *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*, São Paulo, O Museu, vol. 17,n. 1, pp. 69-94.
- MORAIS, A. C. R. de (2000) *Bases da formação territorial do Brasil – o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo, Hucitec.
- MORENO, D. de C. (1968) *Livro que dá razão ao Estado do Brasil*, Manuscrito do século XVII, conservado no IHGB, cartografia atribuída a João Teixeira Albernaz, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- PORTO, C. M. (1999) *Cartografia Histórica Portuguesa – Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de História.
- PUNTONI, P. L. (1992) *Guerras do Brasil (1504 – 1654)*, Coleção Tudo é História, São Paulo, Brasiliense.
- RELAÇÃO da Aclamação que se fez na Capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, e nas mais do Sul, ao senhor Rei Dom João o IV, por verdadeiro Rei, e Senhor de seu Reino de Portugal, com a felicissima restituição, que dele se fez a Sua Majestade que Deus guarde, etc .* Em Lisboa. Por Jorge Rodrigues. Ano 1641. A custa de Domingos Alves Livreiro.
- REIS, N. G. (2000) *Imagens de vilas e cidades no Brasil colonial*, São Paulo, Edusp: Imprensa Oficial, FAPESP.
- RODRIGUES, J. H.(1979) *História da História do Brasil – Historiografia Colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SANTOS, M. M. D., (2007) “Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa do Brasil Império”, in COSTA, A.G. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia da América portuguesa ao Brasil Império*, BH, Ed. UFMG, pp. 51-81.

SCHWARTZ, S. B. (1988), *Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras.

SOUSA, A. O. Q. (2002) “Albernaz, Família”, <<http://instituto-camões.pt/navegaort/b00.html>> (18/02/2010)

STELLA, R. S. (2000) *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Filipes 1580-1640*, Edição comemorativa do 500 ° aniversário do Descobrimento do Brasil, São Paulo, Unibero / CenaUn.